

Bolsonaro será investigado por incitar ataques golpistas

Moraes torna Bolsonaro investigado por incitação a ataques golpistas

Pedido foi feito após procuradores entenderem que ex-presidente é suspeito de crime por ter postado vídeo questionando eleições

José Marques

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu e o STF (Supremo Tribunal Federal) aceitou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja incluído no inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos ataques golpistas que resultaram na depredação da sede dos três Poderes, em Brasília.

A inclusão de Bolsonaro no rol de investigados foi decidida pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. A solicitação foi feita após integrantes do Ministério Público Federal pedirem ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a investigação de Bolsonaro por suspeita de incitação pública à prática de crime.

Os procuradores entenderam que o ex-presidente é suspeito de ter cometido este crime ao postar no Facebook, na terça (10), um vídeo questionando a regularidade das eleições e apagado depois.

Segundo eles, Bolsonaro "ocupou o mais alto cargo do país", tem "posição de destaque na câmara de eco desinformativo" e contribuiu "para que a confiança de boa parte da população na integridade cívica brasileira fosse minada". "É à luz desse contexto que deve ser interpretada a postagem", afirmam.

Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro, disse em nota nesta sexta-feira que o ex-presidente sempre foi um defensor da Constituição e da democracia.

"Em todo o seu governo sempre atuou dentro das quatro linhas da Constituição. O presidente Jair Bolsonaro repudia veementemente os atos de vandalismo e depredação do patrimônio público cometidos pelos infiltrados na manifestação, e ele jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos realizados pela população", diz o texto.

No vídeo publicado por Bolsonaro, um homem identificado como Dr. Felipe Gimez ataca a segurança das urnas eletrônicas. A publicação traz ainda as frases "Lula não foi eleito pelo povo. Ele foi escolhido e eleito pelo STF e TSE [Tribunal Superior Eleitoral]". O pedido ao Supremo não é assinado por Augusto Aras, mas pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, montado após os ataques do último dia 8.

Ele também pediu que seja determinado à Meta (dona do Facebook) a preservação do vídeo apagado e os metadados referentes à postagem, como data e IP para "melhor auferir sua autoria". Também quer saber informações a respeito do alcance do vídeo, como o número de compartilhamentos e comentários.

Alexandre de Moraes acolheu as solicitações e autorizou que a PGR ouça especialistas em monitoramento de grupos de apoiadores de Bolsonaro e grupos extremistas para medir o alcance do vídeo.

O ministro disse que o pedido de interrogatório de Bolsonaro será apreciado posteriormente, visto que o ex-presidente está no exterior.

Na decisão, Moraes destaca que Bolsonaro "reiteradamente, incorre nas mesmas condutas ora investigadas", que são apuradas em diferentes



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chega à casa em que está hospedado nos EUA após deixar o hospital. Marco Bello - 10 jan.23/Reuters

MORO DIZ QUE DECRETO GOLPISTA DEVE SER REPU- DIADO O COM VEEMÊNCIA

O senador diplomado Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL), afirmou que a minuta de decreto golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres deve ser repudiada com veemência e que o resultado das eleições tem que ser respeitado. "É evidente que o que ele [o decreto] propõe é inconstitucional: a decretação de um anômalo estado de defesa contra o resultado das eleições. Elas, quer estejam ou não con-

tes com o resultado, têm que ser respeitadas e a oposição precisa ser feita pelos meios democráticos, na forma da lei e sem violência. O conteúdo do documento deve ser repudiado com veemência", afirmou. Ele deixou a magistratura em 2018 para comandar a pasta da Justiça sob Bolsonaro. Após romper com o presidente, voltou a apoiá-lo na eleição.

inquéritos no STF, e que elas podem ter contribuído para os ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes. O procurador-geral Augusto Aras, indicado ao cargo por Bolsonaro por duas vezes, ficou conhecido pela postura de inércia diante de outras suspeitas de irregularidades praticadas pelo ex-presidente durante o seu mandato.

Em diversas ocasiões, como após a CPI da Covid, a conduta de Aras foi questionada tanto por parlamentares como pelos próprios colegas do Ministério Público Federal.

Na última semana, a pressão interna de outros procuradores sobre o PGR se somou à pressão do governo, do Congresso e do STF, que esperavam uma resposta do Ministério Público em relação aos ataques do último domingo.

Aras, então, criou o grupo que combaterá ações golpistas e colocou a coordenação dessas investigações com Carlos Frederico, retirando poder da vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo, conhecida pela proximidade com a família Bolsonaro.

Segundo o subprocurador, na representação enviada ao STF, a suspeita contra Bolsonaro é de incitação porque "não se tem notícia de que atos golpistas dessa estirpe tenham se concretizado posteriormente à publicação atribuída ao representado".

Antes, Carlos Frederico também havia solicitado a abertura de três inquéritos ao STF para apurar os ataques golpistas do domingo passado.

Essas investigações buscam apurar quem foram os executores, financiadores, autores intelectuais e autoridades envolvidas nos atos de vandalismo. Segundo a PGR, a divisão em núcleos de investigados "visa a garantia da agilidade nas investigações".

São apuradas suspeitas dos crimes de terrorismo, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, ameaça e perseguição.

Também a pedido da PGR, Moraes determinou a abertura de um inquérito contra o governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e o ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro An-

derson Torres. A investigação irá apurar eventual responsabilidade de autoridades na depredação às sedes dos três Poderes no último dia 8. Torres era secretário de Segurança Pública do DF no dia dos atos e havia viajado aos Estados Unidos.

Além de Ibaneis e de Torres, serão investigados o ex-comandante-geral da Polícia Militar do DF Fábio Vieira e Fernando de Sousa Oliveira, que era secretário interino de Segurança Pública do Distrito Federal quando houve os atos de vandalismo.

A PGR pediu que sejam investigados Ibaneis, Torres e os outros dois por ações ou omissões relacionadas aos crimes de terrorismo, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, ameaça, perseguição e incitação ao crime e em "outros possíveis crimes".

Após ser derrotado nas urnas, Bolsonaro se manteve recluso no Palácio da Alvorada e evitou declarações públicas. Ataques diretos contra o sistema eleitoral e ministros do Supremo — como ele faz frequentemente — também passaram a ser evitados.

Bolsonaro viajou aos Estados Unidos na véspera da posse de Lula e, com isso, não cumpriu o rito democrático de passar a faixa presidencial a seu sucessor no Palácio do Planalto.

A invasão e depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF teve como consequência a prisão de centenas de pessoas suspeitas de participação no vandalismo e o afastamento do governador de Ibaneis Rocha, além de ordens de prisão contra Anderson Torres e Fábio Augusto Vieira.

Nesta quinta-feira (12), a Folha revelou que a Polícia Federal apreendeu na residência de Anderson Torres uma minuta (proposta) de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O objetivo, segundo o texto do documento, era reverter o resultado da eleição, em que Luiz Inácio Lula da Silva saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4